

## Lucros e mais lucros !

É inaceitável que empresas rodoviárias privadas com avultados lucros tenham deixado milhares de trabalhadores com um corte atroz nos seus salários pelo layoff no último mês.

E mais inaceitável é, que num contexto em que se inicia a retoma da actividade, onde já é claramente visível o aumento da procura e portanto, a necessidade de mais oferta de transportes, existam administrações que insistam em prolongar a situação de layoff, protegendo os seus lucros e prejudicando os trabalhadores, a Segurança Social e pondo em causa a saúde dos seus utentes. São disto exemplo várias empresas que operam no distrito de Lisboa, como as do grupo Barraqueiro Transportes (Barraqueiro Oeste; Boa Viagem; Esevel; Estremadura; Frota Azul; Mafrense), a Scotturb, a Vimeca e o grupo Arriva, que inclui a TST.

**Para além dos fartos lucros auferidos por estas empresas, há que salientar que a Autoridade Metropolitana de Lisboa pagou o acordado aos operadores, fazendo inclusive o adiantamento das verbas que haveria a pagar até Junho.**

## É urgente travar o ataque !

O corte nos salários dos motoristas é especialmente grave, tendo em conta que ao ser definido o cálculo através da remuneração base, deixando de fora elementos substanciais como o trabalho suplementar, faz com que o corte final sobre o rendimento seja bem maior que 2/3.

Denunciamos que trabalhadores de várias empresas, como do grupo Barraqueiro, da Scotturb ou da Rodoviária de Lisboa, estiveram submetidos a rotação “horário parcial / lay-off” e a trabalho extraordinário durante o horário parcial.

Para além disto, foram ainda alvo de outros ataques como imposição de férias forçadas; pressões para obterem baixas médicas; o recurso ao trabalho sem horários, os despedimentos por via da não renovação de contratos.

Existem casos específicos que importa ainda denunciar:

## Na Rodoviária de Lisboa, «em troca»

do fim do layoff, procuram obrigar os trabalhadores a compensar as horas do período de horário reduzido (induzido pelo layoff), ou seja, inventar um banco de horas que não existe na contratação colectiva destes trabalhadores! E como se não bastasse ainda usam a chantagem do despedimento!

**Foi a denúncia do sindicato do sector e a intervenção das populações em defesa da reposição do transporte que obrigaram a Rodoviária de Lisboa a repor o serviço normal desde 11 de maio.**

**A Scotturb apesar de ter lucros superiores a 2 milhões de euros/ano obtidos à custa dos seus trabalhadores, não hesitou em colocar injustificadamente em lay-off uma parte do seu efectivo.**

Também despediu trabalhadores pela não renovação de contratos ou por estarem no período experimental, situação que se agravou se atendermos ao que se passa em Cascais, onde a Câmara Municipal se auto-promoveu a autoridade de transportes, isolando-se da AML (Autoridade Metropolitana de Lisboa). Assim, neste município, no recente concurso público para a concessão do serviço de transporte rodoviário de passageiros, que a Scotturb perdeu, não foram salvaguardados os postos de trabalho, uma vez que a Câmara, independentemente das suas promessas, acabou por não garantir os direitos de transmissão de estabelecimento no Caderno de Encargos.

**A Vimeca** não obstante ter isolado parcialmente a cabina do motorista, atravessou todo o Estado de Emergência sem fornecer qualquer equipamento de protecção individual (EPI) e não cumpriu com as determinações de lotação (o que aumentava o risco quer para trabalhadores, quer para utentes).



Só em Maio a VIMECA começou a fornecer EPI aos trabalhadores, pelo que até essa data os trabalhadores foram obrigados a adquiri-los a expensas próprias.

## **Combater o surto epidémico exige respeitar os trabalhadores!**

Urge denunciar e lutar contra estes ataques. O PCP sempre se bateu para que os trabalhadores não fossem os principais prejudicados neste contexto de surto epidémico, nomeadamente para que auferissem a totalidade do seu rendimento!

Urge exigir que se cumpram todas as medidas de protecção sanitária para os trabalhadores e utentes, nomeadamente, as rotinas de limpeza, desinfecção e higienização das viaturas, facultar o necessário EPI aos trabalhadores e instalar barreiras que os protejam, sendo que no caso de não haver cabine e a instalação de barreiras for inadequada, passar o processo de validação para a traseira dos autocarros!

Para a protecção dos trabalhadores e dos utentes é ainda fundamental que seja respeitada a limitação de ocupação, o que em muitos casos não tem acontecido!

Temos conhecimento que o sindicato do sector, as comissões de utentes, as autarquias, já dirigiram denúncias à ACT ou ao Governo pelo incumprimento de regras básicas de protecção dos trabalhadores e utentes, bem como sobre os ataques sofridos pelos trabalhadores das rodoviárias privadas de passageiros.

## **As respostas tardam em chegar!**

Se no normal funcionamento do país já eram evidentes as consequências nefastas para trabalhadores e para a mobilidade das populações do desmembramento da Rodoviária Nacional; numa situação como a que atravessamos de emergência sanitária, desvanece-se qualquer dúvida. Só uma empresa nacional pública garante os postos de trabalho e serviço essencial de transporte. Urge pois a reconstituição da Rodoviária Nacional!

## **O PCP exige intervenção do Governo e apela a que todos os trabalhadores se unam na luta contra estes ataques!**

### **Esta luta será fundamental para que seja revertida esta ofensiva dos patrões!**

**Sector dos Transportes - Lisboa**  
**sector.transportes@dorl.pcp.pt**

**consulta mais em [www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)**